

1
A
7

DATA DA REUNIÃO: SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do previsto na parte final do parecer prévio genérico aprovado pela câmara municipal em reunião de vinte e oito de março último (item seis da respetiva ata), o senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de dois de maio findo, que decidiu solicitar ao Eng.º António Augusto Neves de Carvalho a prestação de serviços de avaliação de um terreno sito no lugar de Além Rio, freguesia e concelho de Santo Tirso (contiguo ao Percurso Pedonal das Margens do Ave), que veio a ser adjudicado pelo preço de 612,00 € (seiscentos e doze euros), mais IVA, conforme nota de honorários de vinte e um do mesmo mês de maio, junta ao documento registada no Sistema de Gestão Documental com o número cinco mil duzentos e dois / dois mil e doze.-----

b) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente deu conhecimento dos seguintes despachos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de vinte e um de maio findo, que deferiu o pedido de adiantamento da sociedade Martins & Filhos S.A., no montante 57.792,30 € (cinquenta e sete mil setecentos e noventa e dois euros e trinta centavos) relativamente à empreitada denominada “Beneficiação e retificação da rua 5 de outubro e travessa 5 de outubro – Santo Tirso”, cujo contrato foi celebrado no dia catorze do mesmo mês de maio, pelo preço contratual de 192.641,00 € (cento e noventa e dois mil seiscentos e quarenta e um euros);-----

- Despacho de vinte e oito do mesmo mês de maio, que adjudicou trabalhos a mais na empreitada denominada “Beneficiação e retificação da rua 5 de outubro e travessa 5 de outubro”, no valor de 6.299,91 € (seis mil duzentos e noventa e nove euros e noventa e um centavos), mais IVA,



anteriormente referida.-----

c) Para conhecimento da atividade da câmara municipal, o senhor presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência própria:----

- Despacho de dois de maio findo que adjudicou à sociedade Quartenaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento S.A. um contrato e prestação de serviços tendo por objeto a “conceção, desenvolvimento e candidatura ao Programa Europeu para Cultura 2007-2013” pelo preço de 72.500,00 € (setenta e dois mil e quinhentos euros), mais IVA;-----

- Despacho de oito do mesmo mês de maio, que adjudicou à sociedade Ideias Maiores – Conceção e Produção de Projetos Lda um contrato de prestação de serviços tendo por objeto a “Conceção e produção de um seminário internacional sobre quarteirões culturais”, pelo preço de 72.750,00 € (setenta e dois mil setecentos e cinquenta euros), mais IVA;-----

- Despacho de onze de maio findo, que, na sequência do parecer prévio da câmara municipal de dezoito de abril último (item doze da respetiva ata), decidiu adjudicar à sociedade Essência Completa Lda um contrato de prestação de serviços tendo por objeto a “Implementação do Plano de Comunicação da PRU – Margens do Ave”, pelo preço contratual de 18.360,00 € (já com a redução remuneratória legalmente prevista), mais IVA;-----

- Despacho de oito de maio findo, que aprovou a execução de trabalhos para suprimentos de erros e omissões do projeto relativo à empreitada denominada “Retificação e pavimentação da rua Victor Haettich – S. Tomé de Negrelos”, no valor de 6.488,00 € (seis mil quatrocentos e oitenta e oito euros), mais IVA.-----

A referida empreitada foi adjudicada pelo preço inicial de 108.079,63 € (cento e oito mil e setenta e nove euros e sessenta e três cêntimos), à sociedade Elias Moreira Monteiro Lda;-----

- Despacho de vinte e um do mesmo mês de maio, que autorizou a execução de trabalhos para suprimento de erros e omissões do projeto relativo à empreitada denominada “Beneficiação da cobertura e Instalação Elétrica da Escola da Lage – Vilarinho”, no valor de 1.050,00 € (mil e

cinquenta euros), mais IVA.-----

A referida empreitada foi adjudicada pelo preço inicial de 52.806,90 € (cinquenta e dois mil oitocentos e seis euros e noventa centimos) à sociedade Murarte Construções Lda.-----

- Despacho da mesma data que homologou a decisão de supressão de trabalhos incluídos na empreitada denominada “Infraestruturas de apoio ao cemitério da Lama”, no valor de 12.369,87 € (doze mil trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete centimos).-----

Esta redução dos trabalhos executados pelo empreiteiro não confere o direito a qualquer indemnização.-----

A referida empreitada foi adjudicada pelo preço inicial de 82.485,60 € (oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco euros e sessenta centimos), mais IVA, à sociedade Construções S. Rosendo, Lda.-----

- Despacho de vinte e três do mesmo mês de maio, que adjudicou à sociedade Terramac – Industrial de Construção Civil e Obras Públicas Lda a empreitada denominada “PRU –Passeio da ilha – 1ª fase – Reconstituição da Galeria Ripícola”, pelo preço de 141.916,83 € (cento e quarenta e um mil novecentos e dezasseis euros e oitenta e três centimos), mais IVA.-----

d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito o seguinte:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata gostavam de saber o que é que pretende a câmara fazer para resolver o problema de um esgoto a céu aberto localizado na freguesia da Palmeira, nomeadamente na zona de fronteira com Cabeçudos.-----

Como se pode ver das fotografias que vamos anexar à ata o esgoto provém de uma estrutura de saneamento afeta ao concelho de Santo Tirso, e através da pendente do arruamento dirige-se para o rio Pele”.-----

As fotografias entregues pelos senhores vereadores anexam-se à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos I, II e III da mesma.-----



Seguidamente pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

“No âmbito da empreitada da rede de esgotos de Areias, Palmeira, Lama e Sequeirô adjudicada à empresa Jaime Queirós Ribeiro foram executados obras de mais de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros).-----

Foi declarada a insolvência da empresa e ficaram alguns trabalhos por realizar.-----

Entretanto do vizinho concelho de Famalicão, mais propriamente da freguesia de Cabeçudos, havia a intenção de ligar a rede de esgotos, que não têm saída, à freguesia de Palmeira...

Com a criação da parceria público-pública com a Águas de Portugal, S.A. e a Águas do Noroeste ficou decidido que seria esta parceria a executar os trabalhos que estão em falta.-----

Como se sabe, há mais de um ano aprovamos na câmara municipal e na assembleia municipal a referida parceria e aguardamos a todo o momento que a mesma se concretize efetivamente para que as obras possam arrancar.-----

Ultimamente houve uma reunião alargada às câmaras municipais da região onde “parece” ter sido definitivamente resolvido o problema que aguarda do Ministério de Ambiente a decisão final.”-----

e) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----

REUNIÃO DE CÂMARA DE 06 DE JUNHO DE 2012

Período de Antes da Ordem do Dia

6



Na última assembleia municipal, o senhor presidente afirmou que em Santo Tirso se praticavam as tarifas de água mais baixas da região. Ficamos perplexos! Das duas uma: Ou o senhor presidente da câmara desconhece as tarifas de água praticadas na região, o que por si só já é grave, ou pretendeu enganar os Tirsenses.

Analizados os tarifários da região, nomeadamente dos concelhos com quem Santo Tirso faz fronteira, podemos constatar que a afirmação do senhor presidente da câmara não corresponde à verdade (anexo 1)

Desde logo, importaria que o senhor presidente esclarecesse os Tirsenses pelo facto da Indáqua, empresa que detém a concessão da exploração da rede de água em baixa, praticar em Santo Tirso, tarifas mais elevadas do que as que pratica em todos os outros concelhos onde também detém a concessão. No gráfico que se anexa (doc. 2), é possível verificar as enormes disparidades entre o tarifário em vigor em Santo Tirso e os tarifários em vigor nos concelhos de Fafe, Matosinhos, Vila do Conde e Santa Maria da Feira.

Mais,

Quando comparamos o tarifário da água praticado em Santo Tirso, com os tarifários praticados na região, considerando para além dos concelhos já referidos, Paços de Ferreira, Vizela, Valongo, Maia e Guimarães, para não falarmos do Porto, pode verificar-se que os valores cobrados nestes concelhos, são manifestamente inferiores aos praticados no nosso concelho, como se pode ver no gráfico que também se anexa (doc. 1).

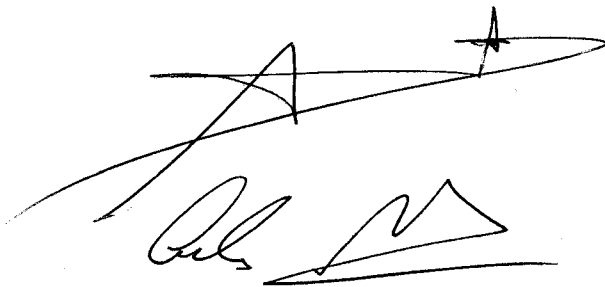
Os vereadores do PSD querem saber, a que região do país se referia o senhor presidente, já que não seria com toda a certeza, aquela em que Santo Tirso se insere.

Os vereadores do PSD, exigem que o senhor presidente e/ou a administradora delegada do SMAES e vice-presidente da Autarquia, expliquem aos Tirsenses, as enormes disparidades nas tarifas de água praticadas em Santo Tirso, e as que são praticadas na região onde o nosso concelho se insere.

Mais,

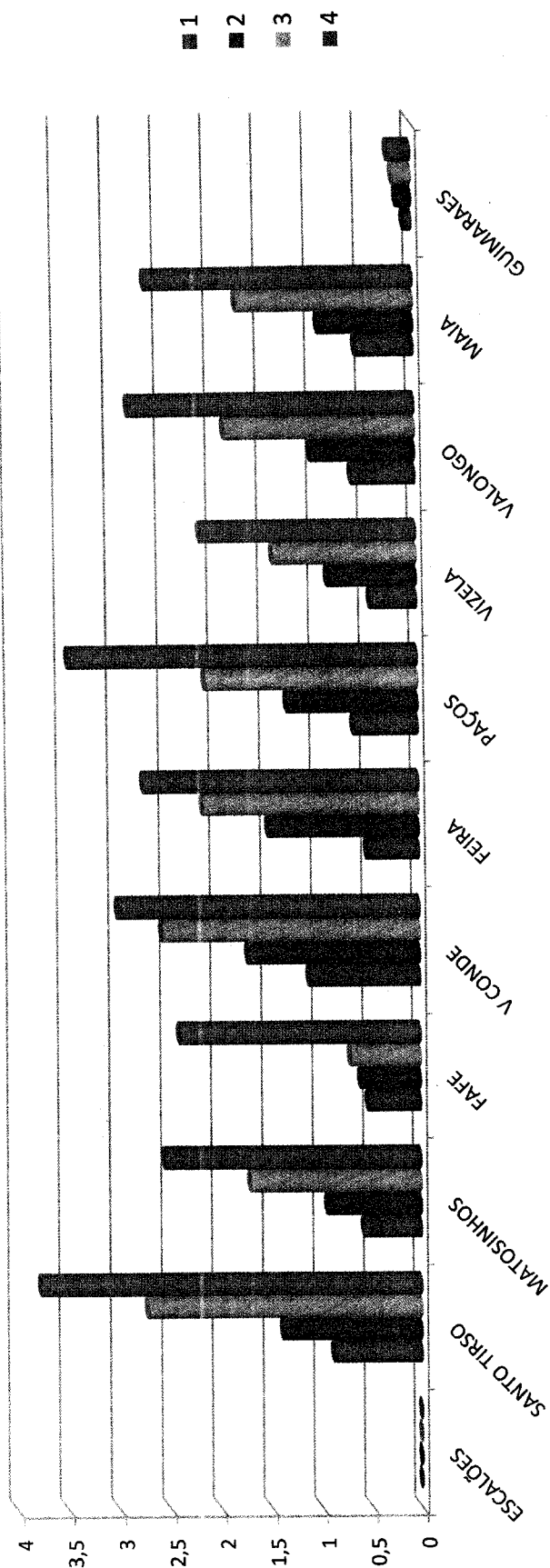
Os vereadores do PSD pretendem saber o que pensa a maioria socialista fazer para harmonizar as tarifas de água praticadas no concelho, com aquelas que são praticadas na região.

Santo Tirso, 06 de Junho de 2012

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes. It appears to be a stylized representation of a name, possibly starting with 'A' or 'S'.

1

TARIFÁRIOS DA ÁGUA NA REGIÃO



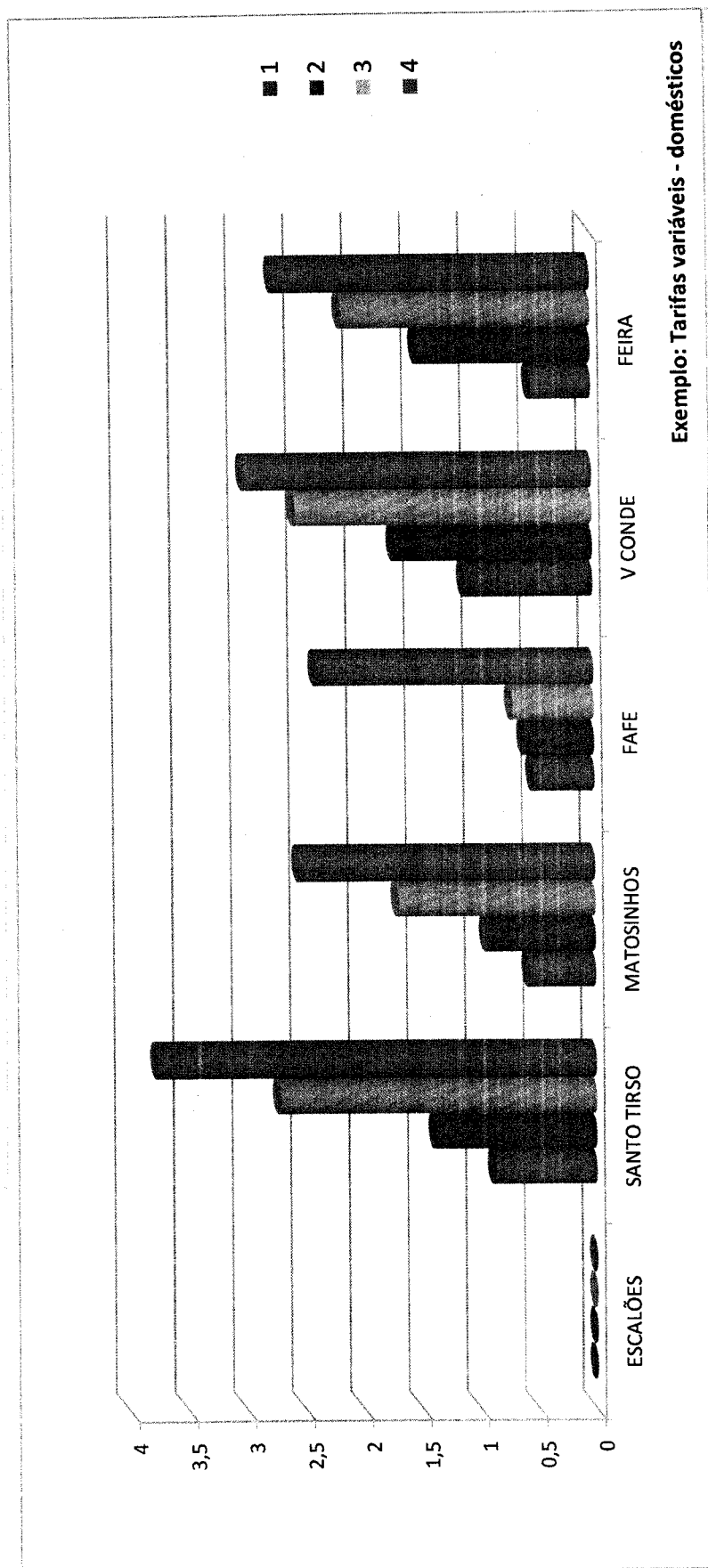
Exemplo: Tarifas variáveis - domésticos

Nota: - Em Vila da Conde o consumo no 1º escalão varia entre (0 e 15 m³); no 2º de (16 a 25m³); no 3º de (26 a 50 m³); no 4º (superior a 50 m³)
Em Famalicão o 1º escalão vai até 10 m³ e nos agregados com 4 e 5 elementos vai até 16 m³ e c/ mais de 5 elementos até 22 m³

8

2

TARIFÁRIO DA ÁGUA NOS CONCELHOS CONCESSIONADOS À INDÁQUA



Exemplo: Tarifas variáveis - domésticos

Nota: Em Vila da Conde o consumo no 1º escalão varia entre (0 e 15 m3); no 2º de (16 a 25m3); no 3º de (26 a 50 m3); no 4º (superior a 50 m3)

9

Reunião : ORDINÁRIA



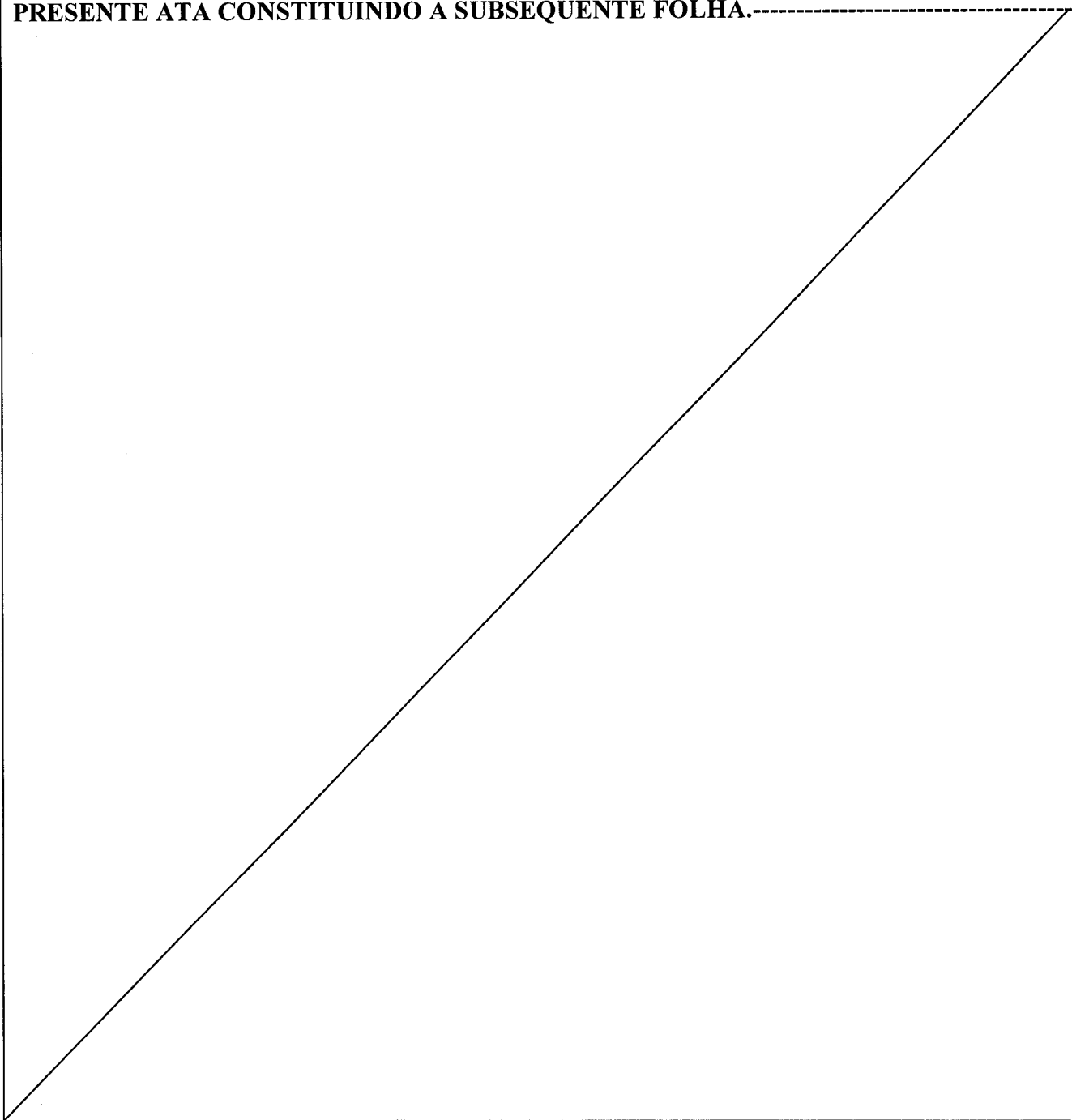
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 10
06 de junho de 2012

A

47

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À
PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/JUNHO/2012 – ATA Nº 12

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (23/05/2012)
- 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2012: 2ª revisão ao PPI e ao Orçamento
- 3 – IN TIRSO – Sociedade de Investimentos de Santo Tirso, S.A.: Proposta de dissolução, liquidação e partilha
- 4 – Empreitada: “Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento – Reabilitação dos Edifícios da Quinta de Fora do Mosteiro”: Decisão de adjudicação
- 5 – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e a Escola de Música de S. Martinho do Campo para utilização de parte de prédio urbano do município
- 6 – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 502 de Roriz
- 7 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa de S. Martinho
- 8 – Outros subsídios
- 9 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
- 10 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 1 de junho de 2012

O Presidente,



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (23/05/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e três de maio findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2012: 2ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA DESPESA.-----

Presente informação da Divisão de Gestão Financeira, de quatro do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil setecentos e sessenta e nove, a remeter proposta de 6ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2012, que consiste na 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa, que tem lugar pelas razões referidas na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas, a referida revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Em vinte e três de janeiro último e na sequência da deliberação desta câmara municipal de vinte e dois de dezembro do ano transato, foi celebrado o contrato da empreitada denominada “Centro Escolar da Ermida – Ampliação do Edifício Escolar – Santa Cristina do Couto”, obra necessária e da máxima importância para o concelho de Santo Tirso, conforme consta, aliás, da Carta Educativa para o concelho, aprovada pela assembleia municipal;-----

A obra veio a ser consignada no dia doze de março último, estando os trabalhos a desenvolverem-se de acordo com o plano de trabalhos aprovado;-----

Pelo ofício número dois mil setecentos e setenta e um, de oito de fevereiro último, foi o processo enviado para o Tribunal de Contas, para efeitos da fiscalização prévia;-----

O Tribunal de Contas veio a devolver o processo à câmara municipal, para que fossem prestados diversos esclarecimentos adicionais, entre eles para que a câmara municipal informasse se a candidatura ao financiamento da “Operação Norte – 10 – 0144 – FEDER – 000506 – Centro Escolar da Ermida – Santa Cristina do Couto”, aceite em trinta e um de janeiro último, já estava aprovada;-----



A câmara municipal prestou todos os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas, sendo que, relativamente à questão atrás referida, pelo ofício número seis mil seiscentos e oitenta e quatro, de dezanove de abril último, foi solicitado ao Tribunal de Contas para visar o contrato, de modo a que pudessem ser feitos pagamentos ao empreiteiro, comprometendo-se a câmara municipal a remeter posteriormente para aquele Tribunal documento comprovativo da aprovação da candidatura a financiamento comunitário, logo que essa decisão fosse proferida, ou documento comprovativo da revisão do PPI, na eventualidade do financiamento ser recusado, assumindo, neste caso, a câmara municipal a decisão de suportar o projeto com recursos próprios;----

O Tribunal de Contas devolveu novamente o contrato, com os seguintes fundamentos:----

“Na sequência do teor do ofício agora recebido daquela Câmara Municipal, deve referir-se que a informação de cabimento prestada indicia – como não podia deixar de ser – que o projeto é financiado em 80% por fundos comunitários. Ora, como este financiamento não está assegurado, não pode deixar de se entender que não foi prestada efetiva informação de cabimento. E a inexistência de cabimento é fundamento de recusa de visto.-----

Deverá a Câmara Municipal de Santo Tirso decidir se quer manter a candidatura a financiamento comunitário ou se quer suportar o projeto com recursos próprios, com a consequente revisão de PPI e nova informação de cabimento.”-----

Ao que a câmara municipal veio a responder através do seu ofício número sete mil novecentos e noventa e seis, de quinze de maio findo, cujo teor aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais;-----

Em consequência da deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional de oito de maio findo, referida naquele ofício, atualmente não é possível saber se ou quando vai ser aprovada a candidatura a financiamento comunitário;-----

Como se disse a obra é necessária e está em curso e mostra-se urgente proceder a pagamentos ao empreiteiro;-----



Pelo que, sem prejuízo da manutenção da candidatura a financiamento comunitário apresentada pelo município de Santo Tirso, propõe-se que nesta fase a câmara municipal decida suportar o projeto com recursos próprios, com a consequente revisão do Plano Plurianual de Investimentos, no que se refere à fonte de financiamento do projeto, que passa a ser de 100 % da administração autárquica.-----

Aproveita-se ainda esta oportunidade de revisão do PPI para alterar a data do fim de execução do projeto denominado “Beneficiação e requalificação do Ringue do Areal – S. Miguel do Couto – 2ª fase”, conforme referido na aludida informação da Divisão de Gestão Financeira.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a referida revisão, com efeitos a partir desta data, e remeter a mesma à assembleia municipal, face à competência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, solicitando àquele órgão deliberativo que o seu ato de aprovação seja praticado com efeitos retroativos a esta data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

[Handwritten signature and scribbles]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

MODIFICAÇÃO N.º 6

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º2

REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º 2

junho 2012

17

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2012 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 2		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305		Escolas	4.103.312,17		145.000,00
02	07010406		Instalações desportivas e recreativas	223.072,00	145.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					145.000,00	145.000,00
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 2		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2009 I 39	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO P	277.674,17		145.000,00
02	07010406	2010 I 18	BENEFICIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO RINGUE AREAL - S. MI	190.000,00	145.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					145.000,00	145.000,00
Total Geral :					290.000,00	290.000,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 6	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 2	DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	4.326.384,17	145.000,00	145.000,00	4.326.384,17
	07	Aquisição bens capital	4.326.384,17	145.000,00	145.000,00	4.326.384,17
	0701	Investimentos	4.326.384,17	145.000,00	145.000,00	4.326.384,17
	070103	Edifícios	4.103.312,17		145.000,00	3.958.312,17
	07010305	Escolas	4.103.312,17		145.000,00	3.958.312,17
	070104	Construções diversas	223.072,00	145.000,00		368.072,00
	07010406	Instalações desportivas e recreativas	223.072,00	145.000,00		368.072,00
TOTAL ...			4.326.384,17	145.000,00	145.000,00	4.326.384,17
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				145.000,00	145.000,00	

Em ____ de ____ de ____ O Presidente da Camara, _____ <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">Os Vereadores:</div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <div style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></div> <div style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></div> <div style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></div> <div style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></div> <div style="width: 20%; border-bottom: 1px solid black;"></div> </div>	Aprovada em reunião de _____
---	--

19

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROG. AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)							DOTAÇÃO SEQUINTE							
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	2014	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	2014	2015	SEGUINTE	
2.		Funções sociais			467.674,17	467.674,17		847.000,00		265.000,00					467.674,17	467.674,17		1.112.000,00				
2.1.		Educação			277.674,17	277.674,17		847.000,00	- 145.000,00	145.000,00					132.674,17	132.674,17		992.000,00				
2.1.1.		Ensino não superior			277.674,17	277.674,17		847.000,00	- 145.000,00	145.000,00					132.674,17	132.674,17		992.000,00				
2.1.1.1.	06	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO PROTECTOR TRANSFERÊNCIAS COMPETÊNCIAS - R2/3 S. ROSENDO - SANTO TIRSO	DPH/DOM	02 07010305	277.674,17	277.674,17		847.000,00	- 145.000,00	145.000,00					132.674,17	132.674,17		992.000,00				
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			190.000,00	190.000,00		145.000,00		120.000,00					335.000,00	335.000,00		120.000,00				
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			190.000,00	190.000,00		145.000,00		120.000,00					335.000,00	335.000,00		120.000,00				
2.5.2.1.	03	BENEFICÊNCIA E REQUALIFICAÇÃO RINQUE AREAL - S. MIGUEL DO COUTO	DPH/DOM	02 07010406	190.000,00	190.000,00		145.000,00		120.000,00					335.000,00	335.000,00		120.000,00				
TOTAL ...					467.674,17	467.674,17		847.000,00		265.000,00					467.674,17	467.674,17		1.112.000,00				

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2012					
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO				PÁGINA : 2															
OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2011	PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2011	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	2013	2014	2015		OUTROS
A TRANSFERIR ...																			
2.1.1.1.		31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E POLIVALENTE-SEQUEIRO	EMPREITADA	20.0		80.0	DPH/DO	2000/10/02	2012/12/31	3	4.096.032,67	1.442.367,30	564.317,07				2.006.684,37	
2.1.1.1.	02/07010305	31						M				57.796,20	759.570,80				759.570,80		
2.1.1.1.	02/07010305	31											100,00						
2.1.1.1.	02/07010305	37	BENEF., AMPL. E ARRANJO ESPAÇOS EXTERIORES-ESCOLA PRIMÁRIA MEROUÇOS - S. CRISTINA DO COITO	EMPREITADA	100.0			DOM	2002/09/29	2012/12/31	9	500.947,35	29.067,95				29.067,95		
2.1.1.1.	02/07010305	58	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ NEGRELOS - PROTOCOLO COM DREN	EMPREITADA	18.6		70.0	DPH/DO	2000/06/29	2012/12/31	4	6.012.562,61	980.000,00				980.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	09	BENEFICIAÇÃO E RECUPERAÇÃO ESCOLA RECHÁ, S. MANEDE NEGRELOS	EMPREITADA	100.0			DOM	2003/01/01	2012/12/31	9	156.947,81	1.756,18				1.756,18		
2.1.1.1.	02/07010305	10	ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2003/07/01	2012/12/31	3		54.952,00				54.952,00		
2.1.1.1.	02/07010305	18	AMPLIAÇÃO, SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCEIÇÃO SANTO TIROSO	OUTRA	100.0			DPH	2003/01/01	2012/12/31	1	80.107,43	6.000,00				6.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	19	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCEIÇÃO SANTO TIROSO	EMPREITADA	100.0			DOM	2003/01/01	2012/12/31	4	986.066,44	308.222,63				308.222,63		
2.1.1.1.	02/07010305	08	PROJETO NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR EB/JI COSTA, LUGAR MACABIO-RORIZ	OUTRA	20.0		80.0	DPH	2005/11/29	2012/12/31	9	85.676,14	32.000,00				32.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	09	CONSTRUÇÃO NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR LUGAR MACABIO-RORIZ	EMPREITADA	20.0		80.0	DOM	2005/11/29	2012/12/31	9	1.134.189,32	160.810,68				160.810,68		
2.1.1.1.	02/07010305	21	ARRANJOS EXTERIORES E BENEFICIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR RIBEIRO - RORIZ	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2005/12/05	2013/12/31	0		57.000,00	18.000,00			75.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	01	BENEF. ESCOLA SEQUEIRO 1, CAIXILHARIA E TRABALHOS CONSERVAÇÃO EDIFÍCIO	EMPREITADA	100.0			DOM	2007/01/01	2012/12/31	9	118.973,08	16.026,92				16.026,92		
2.1.1.1.	02/07010305	11	ARRANJOS EXTERIORES ESCOLA QUINTÃO - REBORÕES	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2007/01/01	2013/12/31	0		1.000,00	5.000,00			6.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	13	REQUALIFICAÇÃO ÁREA POLIVALENTE CANTINA EDIF.	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2007/01/01	2013/12/31	0		5.000,00	20.000,00			25.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	17	ESCOLAR QUINTÃO 1-VILA AVES	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2007/01/01	2012/12/31	0		45.000,00				45.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	21	ARRANJOS EXTERIORES EDIF. ESCOLAR RAMADA, INCLUINDO ACESSO RINGUE-BURGUES	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2007/01/01	2013/12/31	0		100,00	24.900,00			25.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	03	1.º CICLO/EBI SANTA LUZIA - MONTE CORDOVA	EMPREITADA	20.0		80.0	DOM	2008/01/01	2012/12/31	9	991.272,64	20.000,00				20.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	09	AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR ARCOZELO - ÁGUA LONGA	EMPREITADA	100.0			DPH/DO	2008/01/01	2013/12/31	1	186.641,44	768.208,42	189.390,73			957.599,15		
2.1.1.1.	02/07010305	09	CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA - AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR -SANTA CRISTINA COITO	EMPREITADA									100,00				23.000,00		
2.1.1.1.	02/07010305	13	BENEFICIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR ALDEIA NOVA - REBORÕES	EMPREITADA	100.0			DOM	2008/01/01	2012/12/31	0		23.000,00				23.000,00		
A TRANSFERIR ...												14.407.213,13	4.710.082,88	821.607,80			5.531.690,68		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SAREL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		EX	FIM	INÍCIO	PAGM. ATÉ 1-OUT-2011	PAGM. ATÉ 31-DEZ-2011	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2013	2014	2015		OUTROS
2.5.2.	02/07010302	19	2007 91	REQUALIFICAÇÃO CAMPOS FUTEBOL MUNICIPAIS, INCLUINDO ENRELVAMENTO SINTÉTICO-CONCELHO SANTO TIPO	100.0			DOK	2007/01/01	2012/12/31	3	49.858.321,95	17.575.157,12	20.000,00	29.091.916,29	11586680,61	1.695.812,16	59.949.566,18			
2.5.2.	02/07010405	03	2009 60	PRU - PARQUE URBANO RABADA - ÁREAS RECREIO E LAZER	20.0	80.0		DPH/DO	2009/01/01	2013/12/31	1		529.239,21	529.239,21	100.000,00			629.239,21			
2.5.2.	02/07010405	05	2009 68	PARQUE INFANTIL - IGREJA RORIZ	100.0			DPH/DO	2009/01/01	2012/12/31	0		100,00	100,00				100,00			
2.5.2.	02/07010302	01	2010 10	PAVILHÃO DESPORTIVO S. SALVADOR CAMPO	100.0			DPH/DO	2010/01/01	2012/12/31	0		100,00	100,00				100,00			
2.5.2.	02/07010405	02	2010 15	CREAÇÃO PARQUE LAZER JUNTO AO RIO SANGUINHEIRO - SANTA CRISTINA DO COUTO	100.0			DPH/DP	2010/01/01	2012/12/31	0		100,00	100,00				100,00			
2.5.2.	02/07010406	03	2010 18	BENEFICIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO RINGUE AREAL - S. MIGUEL DO COUTO	100.0			DPH/DO	2010/01/01	2013/12/31	3	50.305,46	190.000,00	190.000,00				190.000,00			
2.5.2.	02/07010302	04	2010 19	PAVILHÃO DESPORTIVO REBORDÕES - TRABALHOS COMPLEMENTARES	100.0			DOM	2010/01/01	2012/12/31	9	23.891,96	94.066,88	94.066,88				94.066,88			
2.5.2.	02/07010406	05	2010 34	PARQUE DA RABADA - ÁREA DESPORTIVA	100.0			DPH/DO	2010/01/01	2013/12/31	0		33.072,00	33.072,00	1.068.268,00			1.101.340,00			
2.5.2.	02/07010307	01	2011 30	REABILITAÇÃO DA AZENHA NA MARGEM RIO AVE - SANTO TIPO	100.0			DPH/DO	2011/01/01	2013/12/31	0		100.000,00	100.000,00	790.000,00			890.000,00			
2.5.2.	02/07010302	02	2011 39	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	100.0			DPH/DO	2011/06/13	2012/12/31	3	80.207,69	1.200.000,00	1.200.000,00				1.200.000,00			
3.				Funções económicas								7.890.490,38	8.734.758,65	8.734.758,65	8.569.476,45	2.166.400,00	19.470.635,10				
3.1.				Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca									36.000,00	36.000,00	60.000,00		96.000,00				
3.1.	02/070115	01	2009 58	ACTUALIZAÇÃO PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA	100.0			DPVAP	2009/01/01	2012/12/31	0		10.000,00	10.000,00			10.000,00				
3.1.	02/07011002	05	2009 65	PROTECÇÃO CIVIL - REFORÇO EQUIPAMENTO	100.0			DPVAP	2009/01/01	2013/12/31	0		1.000,00	1.000,00	60.000,00		61.000,00				
3.1.	02/07010413	06	2011 41	CONSTRUÇÃO DE FONTOS DE ÁGUA	100.0			DOM/DP	2011/10/04	2012/12/31	0		25.000,00	25.000,00			25.000,00				
3.2.				Industria e energia								574.691,61	3.584.349,77	3.584.349,77	1.104.249,44	254.400,00	4.942.999,21				
3.2.	02/07010401	02	2006 258	REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL FONTOSIS	100.0			DPH/DO	2005/12/06	2013/12/31	1	50.517,33	456.071,00	456.071,00	150.000,00		606.071,00				
3.2.	02/07010404	05	2006 261	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100.0			DPH/DO	2005/12/06	2012/12/31	4	413.367,67	99.632,33	99.632,33			99.632,33				
3.2.	02/07010401	01	2008 46	REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL ALTO CRUZ	100.0			DPH/DO	2008/01/01	2013/12/31	0		16.625,00	16.625,00	49.000,00		65.625,00				
3.2.	02/07010401	02	2008 47	REQUALIFICAÇÃO ÁREA INDUSTRIAL POUPA	100.0			DPH/DO	2008/01/01	2013/12/31	1	25.022,40	7.441,60	7.441,60	90.000,00		97.441,60				
3.2.	02/07010301	01	2009 51	INFRAESTRUTURAÇÃO VIÁRIA E QUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL ERMDA	100.0			DPH/DA	2009/01/01	2014/12/31	1	45.953,70	14.600,00	14.600,00	378.000,00	254.400,00	647.000,00				
3.2.	02/070101	01	2009 51	FÁBRICA TELES - IMOD - INCUBADORA MODA E DESIGN	20.0	80.0		DPH/DO	2010/01/01	2013/12/31	3		11.000,00	11.000,00			22.000,00				
3.2.	02/07010401	01	2009 51										3.600,00	3.600,00			7.200,00				
3.2.	02/07010301	01	2010 35										2.687.358,84	2.687.358,84	68.000,00		2.755.358,84				
												50.576.111,61	23.059.563,98	23.059.563,98	31.845.184,29	11841080,61	1.695.812,16	68.441.641,04			
																		21			

Handwritten signature and mark.

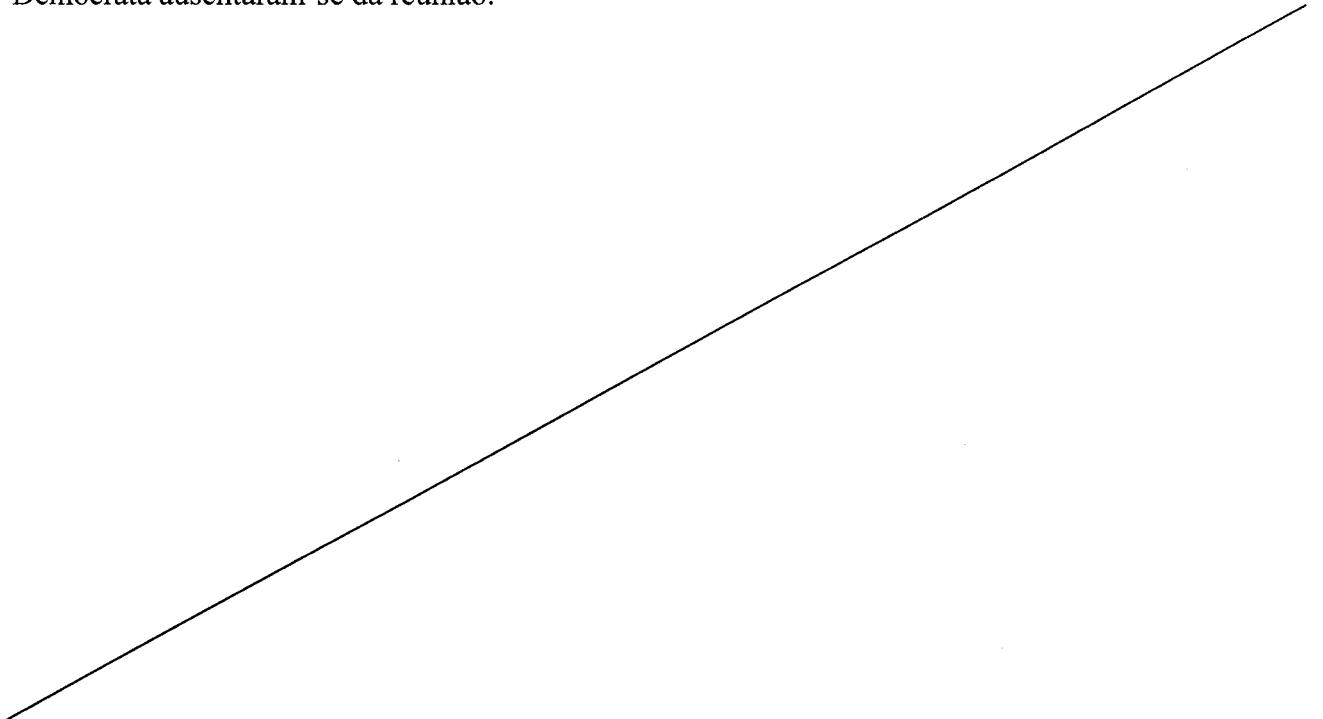


Antes de se entrar na discussão da subsequente proposta (item três da presente ata), pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata não vão participar na discussão e votação do ponto três da ordem de dia, relativo à dissolução da sociedade IN TIRSO – Sociedade de Investimentos de Santo Tirso, S.A., que tinha a responsabilidade pela requalificação do Cine-Teatro de Santo Tirso.-----

Os vereadores do Partido Social Democrata consideram que tudo isto não foi mais do que uma encenação cirurgicamente organizada com simulação do arranque das obras de requalificação, instalação dos estaleiros de obra, instalação dos contentores de apoio técnico e instalação da grua. Ao longo deste tempo, e estamos a falar de quase três anos, todo este cenário foi sendo progressivamente desmantelado. Aliás, no local apenas subsiste, esperemos que por pouco tempo, a famosa grua. Por uma questão de coerência, os vereadores do Partido Social Democrata não querem fazer parte deste cenário”.-----

Após esta declaração, eram onze horas, os senhores vereadores do Partido Social Democrata ausentaram-se da reunião.-----





**3. IN TIRSO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS DE SANTO TIRSO, S.A.:
PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTILHA.-----**

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Por escritura celebrada em vinte e quatro de julho de dois mil e nove foi constituída a sociedade IN TIRSO – Sociedade de Investimentos de Santo Tirso, S.A., da qual o município é acionista com 49% do capital (73.500,00 €) e o restante do capital é detido pelos parceiros privados “Europa Ar-Lindo – Parques, S.A”, “Construções Europa Ar-Lindo, S.A.” e “Arlindo Correia & Filhos, S.A.”;-----

A sociedade foi constituída na sequência de concurso público internacional e após a deliberação da assembleia municipal de quinze de julho do mesmo ano;-----

Essa sociedade, de acordo com a cláusula 3ª do contrato de sociedade, tem por objeto a conceção e ou construção, financiamento e conservação dos seguintes equipamentos e infraestruturas de relevante interesse municipais: Requalificação do Cine-Teatro de Santo Tirso; Requalificação do Mercado Municipal de Santo Tirso; Construção dos Estaleiros Municipais; e Remodelação da Piscina Municipal;-----

Conforme consta dos considerandos do acordo de acionistas, os primeiros outorgantes (parceiros privados) vincularam-se, por livre vontade, aos termos constantes de todos os documentos que fazem parte do procedimento de concurso publico internacional prévio à celebração do contrato de sociedade (anúncio, programa de procedimento e termos de referência), bem como da documentação (proposta financeira e de execução dos empreendimentos) apresentada pelos primeiros contratantes em sede do referido procedimento concursal.-----

Os parceiros privados declararam, no parágrafo quarto do referido acordo o seguinte: “*Já desenvolveram contatos com entidades bancárias para financiamento dos projetos de investimento, sendo que, nos termos do proposto no concurso público, assumem a responsabilidade e o risco pela execução, financiamento da construção e manutenção dos equipamentos e sua disponibilização ao*



segundo contratante (município) em perfeitas condições de utilização.”;-----

Nos termos do ponto 2.4 do capítulo II do mesmo acordo, é responsabilidade dos primeiros contratantes (parceiros privados) a obtenção dos financiamentos em nome da sociedade instrumental, para a construção dos equipamentos, incluindo garantias, nos termos da proposta apresentada no concurso público;-----

A obrigação de obtenção do financiamento por parte dos parceiros privados resulta ainda dos termos de referência do procedimento do concurso.-----

Sucedem que desde a constituição da sociedade já decorreram cerca de três anos e os parceiros privados não conseguiram obter financiamento para a execução das obras, condição indispensável ao início do exercício da atividade da sociedade;-----

Os prazos para a obtenção do financiamento e início das obras constantes da proposta dos parceiros privados encontram-se largamente ultrapassados;-----

Na verdade, a sociedade, desde a sua constituição e até hoje, não teve atividade, ou seja, a sociedade (“parceria público privada”) não se iniciou e hoje a sua criação estaria proibida pela Lei n.º 55/2011 de 15 de novembro, que alterou a Lei 53-F/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do setor empresarial local, e suspendeu a possibilidade dos municípios criarem empresas ou adquirirem participações em sociedades comerciais;-----

Há assim manifesto incumprimento por parte dos parceiros privados quanto à obrigação de obtenção do financiamento, mas há sobretudo uma ilicitude superveniente que gera a dissolução da sociedade.-----

Por outro lado há total e absoluta impossibilidade de prossecução do objeto social;-----

De facto, se à data da constituição da sociedade, era viável a obtenção de financiamento bancário e os custos eram comportáveis, hoje, face à crise económica e financeira conhecida de todos, o recurso ao financiamento bancário pressupõe “spreads” muito mais elevados do que os praticados àquela data.-----

Pelo que é manifesto que os parceiros privados não conseguirão obter financiamento.-----
Por outro lado, foi previsto nos termos de referência do procedimento concursal que o município constituiria direitos de superfície a título oneroso sobre os imóveis aí identificados, a favor da sociedade comercial a constituir e cuja contrapartida pecuniária deveria ser efetuada nos termos da proposta a apresentar nesse mesmo procedimento concursal.-----

Ora, os parceiros privados apresentaram uma proposta de 1.003.442,57 € (um milhão e três mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), mas nunca se disponibilizaram para outorgar o correspondente contrato de constituição do direito de superfície, devido a falta de liquidez;-----

Pelo que, hoje, é impossível ou inviável a realização do objeto social da sociedade.-----

Foi solicitado parecer jurídico ao advogado Dr. Martins Almeida, que concluiu que o município reúne condições legais para promover as diligências que se mostrem necessárias à dissolução, liquidação e partilha da identificada sociedade;-----

No dia vinte e um de maio findo, foram enviados ofícios aos parceiros privados a comunicar essa intenção do município, tendo-lhes sido concedido o prazo de dez dias úteis, para se pronunciarem quanto a essa intenção e respetivos fundamentos. Dentro do prazo de audiência prévia os parceiros privados não apresentaram qualquer reclamação.-----

Face ao exposto, proponho que esta câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que decida promover a dissolução, liquidação e partilha da sociedade IN TIRSO – Sociedade de Investimentos de Santo Tirso, S.A., concedendo poderes ao presidente da câmara municipal para, em representação do município, convocar uma assembleia geral da identificada sociedade, com a ordem de trabalhos abaixo definida concedendo ainda poderes à câmara municipal para o recurso ao Tribunal Arbitral, se não for aprovada a dissolução por acordo.-----

“- Ordem de trabalhos da assembleia geral da sociedade, a convocar:-----

1. Dissolução, por acordo, da sociedade, em virtude de atualmente serem ilegais as



“parcerias publico privadas” e ainda verificar-se impossibilidade da execução do objeto social.-----

2. Determinação da forma de liquidação e partilha da sociedade”.-----

Após a liquidação e partilha da sociedade a câmara municipal dará conhecimento à assembleia municipal dos resultados financeiros para o município decorrentes dessa liquidação e partilha.-----

Depois da leitura e discussão da proposta que antecede, o senhor presidente colocou a mesma à votação.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta porque está devidamente fundamentada.-----

Lamentamos profundamente a atitude dos senhores vereadores do Partido Social Democrata que antes de o assunto ser debatido apresentaram uma declaração para a ata afirmando que “não querem fazer parte deste cenário.” De facto os senhores vereadores ao abandonarem a reunião não quiseram, isso sim, fazer parte da câmara municipal já que se retiraram, antidemocraticamente, da reunião.-----

Podiam ter optado por qualquer tipo de votação favorável, desfavorável ou abstenção fundamentando ou não a mesma. Portaram-se como Pilatos “lavando as mãos”.-----

Todos sabemos que a recente publicação da Lei n.º 55/2011 de 15/11 proíbe a criação de “parceria publico privadas”. Ora a parceria criada em Santo Tirso foi feita com base na Lei 53-F/2006 de 29/12 que a permitia. Sendo atualmente ilegais as “parcerias publico privadas” as mesmas não podem ter continuidade.-----

Sucede também que na base deste processo está o facto de os parceiros privados terem de garantir o financiamento bancário dos investimentos (ponto 2.4 do cap. II).-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Acresce que à data do concurso público internacional a obtenção de financiamento bancário e os custos eram comportáveis. Hoje o recurso ao crédito pressupõe “spreads” muito mais elevados que colocariam em causa os estudos de sustentabilidade financeira apresentados pelos parceiros privados.-----

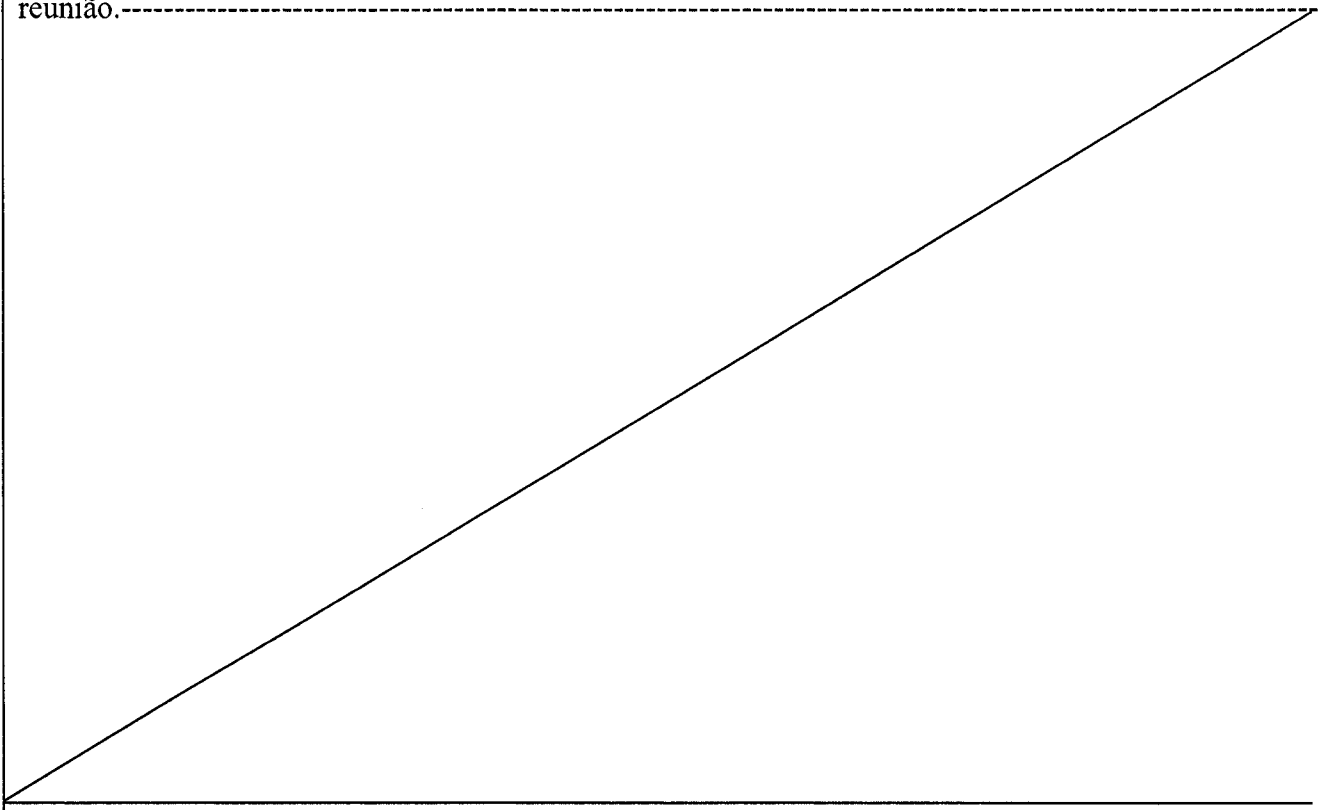
Acresce que os parceiros privados teriam de pagar o direito de superfície no montante global de 1.003.442,57 € (um milhão e três mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos) mas nunca se dispuseram para tal.-----

O objeto social da empresa não foi minimamente cumprido.-----

Nenhuma parceria público-privada ao nível das autarquias teve sequência.-----

Razões mais que fundamentadas para votarmos favoravelmente esta proposta.”-----

Seguidamente à declaração de voto que antecede, eram cerca de 11h30m, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata entraram novamente na reunião.-----





4. EMPREITADA: “ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE S. BENTO – REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA QUINTA DE FORA DO MOSTEIRO DE S. BENTO”: DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.-----

Presente o processo de concurso público registado no Departamento de Obras Municipais com o número 41/2011, do qual consta o relatório final da análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em trinta e um de maio findo, do qual se anexou cópia à minuta da ata da presente reunião e dela ficou a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por quinze folhas.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Na sequência do meu despacho de dezasseis de maio findo, ratificado por deliberação da câmara municipal de vinte e três do mesmo mês de maio (item três da respetiva ata) o júri do procedimento procedeu à reordenação da classificação final dos concorrentes, por relatório de dezassete do mesmo mês de maio, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, e que ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso em causa, nos seguintes termos:-----

1º- Concorrente n.º 8 – Sá Machado & Filhos, S.A., com proposta no valor de 1.390.000,00 € (um milhão trezentos e noventa mil euros);-----

2º- Concorrente n.º 1 – GTR – Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda, com proposta no valor de 1.390.360,51 € (um milhão trezentos e noventa mil trezentos e sessenta euros e cinquenta e um centimos);-----

3º- Concorrente n.º 19 – Lusocol, Sociedade Lusa de Construções, Lda, com proposta no valor de 1.313.608,39 € (um milhão trezentos e treze mil seiscentos e oito euros e trinta e nove centimos);-----

4º- Concorrente n.º 15 – Cunha & Barroso, Lda, com proposta no valor de 1.344.965,73 € (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e cinco euros e setenta e três



cêntimos);-----

5º- Concorrente n.º 9 – Consórcio FDO, Construções, SA / FDO, Projectos, S.A., com proposta no valor de 1.382.192,52 € (um milhão trezentos e oitenta e dois mil cento e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos);-----

6º- Concorrente n.º 13 – João Fernandes da Silva, S.A., com proposta no valor de 1.267.491,39 € (um milhão duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos);-----

7º- Concorrente n.º 6 – Costa & Carreira, Lda., com proposta no valor de 1.390.364,80 € (um milhão trezentos e noventa mil trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta cêntimos);-----

8º- Concorrente n.º 16 – Costeira – Engenharia e Construção, S.A, com proposta no valor de 1.249.679,86 € (um milhão duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos);-----

9º- Concorrente n.º 20 – Edibarra, Engenharia e Construção, S.A., com proposta no valor de 1.325.741,48 € (um milhão trezentos e vinte e cinco mil setecentos e quarenta e um euros e quarenta e oito cêntimos);-----

10º- Concorrente n.º 18 – Habitilima, Sociedade de Construções, S.A., com proposta no valor de 1.359.000,00 € (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil euros);-----

11º- Concorrente n.º 14 – José Pimentel Nunes & Filhos S.A., com proposta no valor de 1.390.761,43 € (um milhão trezentos e noventa mil setecentos e sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos);-----

12º- Concorrente n.º 11 – Habitâmega Construções, S.A., com proposta no valor de 1.390.359,41 € (um milhão trezentos e noventa mil trezentos e cinquenta e nove euros e quarenta e um cêntimos).-----

O júri procedeu a nova audiência prévia, tendo apresentado reclamações os concorrentes números treze e dezasseis, João Fernandes da Silva S.A. e Costeira – Engenharia e Construção S.A.,



respetivamente, as quais estão juntas ao aludido relatório findo do júri do procedimento datado de trinta e um de maio findo, e que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais.--

O júri do procedimento analisou as reclamações agora apresentadas e considerou que os argumentos constantes das mesmas não são procedentes, tudo conforme consta do aludido relatório final.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório do júri do procedimento de trinta e um de maio findo, e, com a fundamentação constante do mesmo, deliberasse adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 8 – Sá Machado & Filhos S.A. pelo preço de 1.390.000,00 € (um milhão trezentos e noventa mil euros), acrescido de IVA, notificando-se consequentemente a presente deliberação a todos os concorrentes nos termos legalmente previstos.-----

O prazo de execução da obra é de duzentos e quarenta dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.-----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual ficou cativa a importância de 634.073,74 € (seiscentos e trinta e quatro mil e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos), conforme proposta de cabimento número 2360/2011, de treze de julho, validada em vinte e sete de março último, e movimentos de estorno números 145/2012 e 233/2012, de cinco do corrente mês de junho, correspondente à estimativa dos encargos a suportar no ano económico em curso, atendendo, nomeadamente, ao prazo de execução da obra e ao plano de pagamentos da mesma, sendo o restante a cabimentar no início do próximo ano económico.-----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que, resulta já

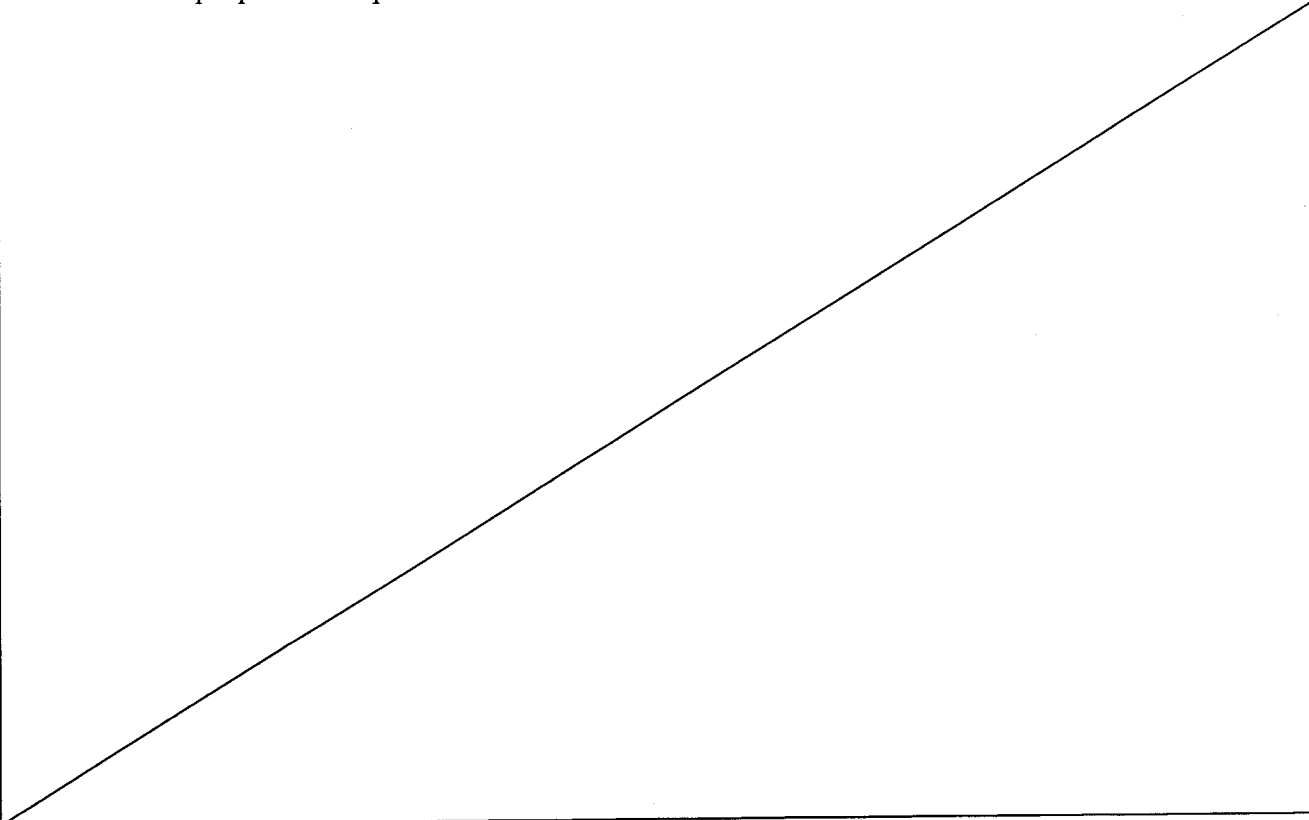


do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em dezanove de dezembro de dois mil e onze (projeto/ação – 2/2009/28), e autorização obtida pela assembleia municipal em reunião de vinte e três de abril último (item treze da respetiva ata);-----

No entanto considerando que foi feita uma alteração ao montante dos encargos decorrentes da execução da presente empreitada, sendo 634.073,74 € (seiscentos e trinta e quatro mil e setenta e três euros e setenta e quatro centimos) no ano económico em curso e 839.326,26 € (oitocentos e trinta e nove mil trezentos e vinte e seis euros e vinte e seis centimos) no ano económico de dois mil e treze, a presente deliberação será remetida à assembleia municipal para ratificação desta repartição de encargos.-----

Os compromissos a assumir com a celebração do contrato relativo à presente empreitada estão registados no sistema de contabilidade com o número 2289/2012, de cinco do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





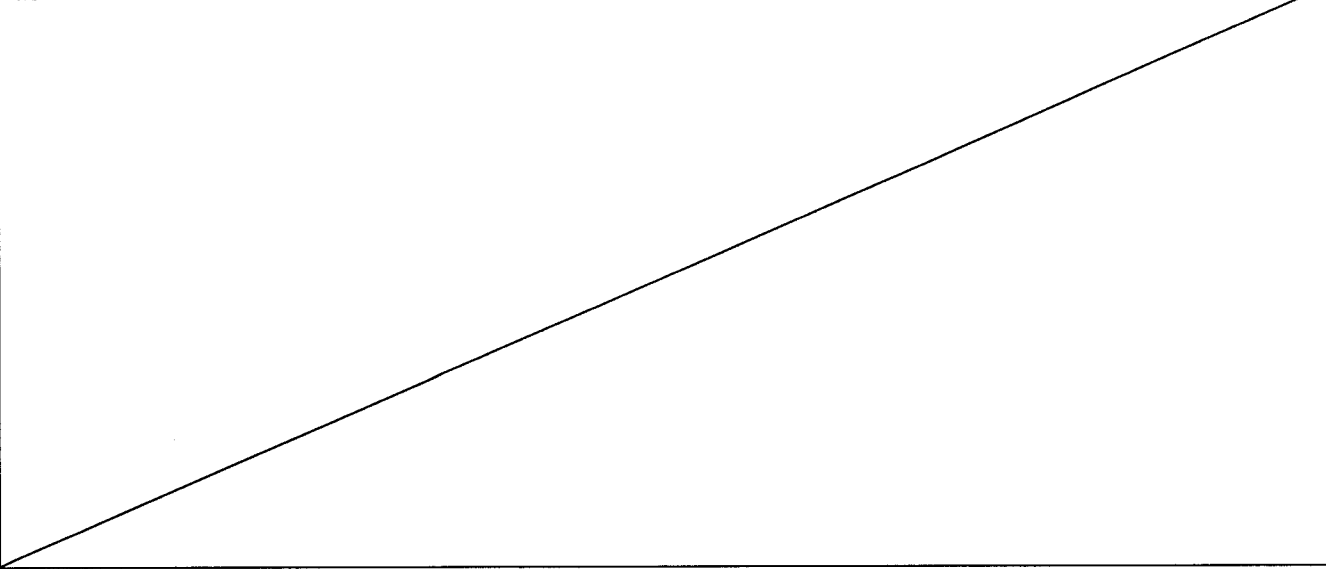
5. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ESCOLA DE MÚSICA DE S. MARTINHO DO CAMPO PARA UTILIZAÇÃO DE PARTE DE PRÉDIO URBANO DO MUNICÍPIO.-----

Presente ofício da Escola de Música de S. Martinho do Campo, registado com o número oito mil cento e sessenta e um / dois mil e onze, a solicitar a cedência da utilização de parte de um edifício propriedade do município, sito em S. Martinho do Campo, para funcionamento da referida Escola de Música.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ceder a título gratuito à Escola de Música de S. Martinho do Campo, instituição sem fins lucrativos, o direito de utilização de parte de um prédio urbano propriedade do município, sito na Rua Manuel Sousa Oliveira, freguesia de S. Martinho do Campo, (extinta EB1/JI de Entre - Estradas) para efeitos de funcionamento daquela Escola de Música, nos termos da minuta de protocolo que se anexa à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composta por cinco folhas.----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

Durante a discussão e votação do assunto que antecede ausentou-se da reunião o senhor vereador Dr. Carlos Alberto Lopes Pacheco, que regressou à reunião após a votação do mesmo assunto.-----





[Handwritten signature]

6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 502 DE RORIZ.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ceder a título gratuito ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 502 de Roriz, o direito de utilização do prédio urbano sito na Rua António Barbosa, nº185, freguesia de Roriz, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 1837 (mil oitocentos e trinta e sete) e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 2215 (extinta escola básica da Costa), para efeitos de instalação da sede do referido agrupamento de escuteiros, nos termos da minuta de protocolo presente nesta reunião e da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por três folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

[Large diagonal line across the page]



7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE S. MARTINHO: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de nove de maio findo, da Associação Recreativa de S. Martinho, registado com o número quatro mil oitocentos e vinte, a remeter o processo relativo à colocação de relvado sintético no seu campo de jogos, para melhoramento das instalações desportivas daquela associação, cuja estimativa orçamental é de 264.813,51 € (duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), mais IVA, conforme informação dos serviços técnicos anexa àquele ofício, registada com o número Doc_4023/2012.-----

Pelo presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que a Associação Recreativa de S. Martinho é uma associação de cultura, desporto e recreio já com cinquenta e quatro anos de existência, que se tem dedicado à formação jovens e que tem vindo a colaborar com o município no desenvolvimento da sua política na área desportiva;-----

Considerando o inegável mérito desta associação, aliás conforme reconhecido pelas deliberações da câmara municipal que lhe atribuíram as Medalhas de Mérito Desportivo e de Mérito Municipal (em 1998 e 2008, respetivamente);-----

Considerando que a Associação Recreativa de S. Martinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social I.P. em dezassete de maio findo e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em trinta e um do mesmo mês de maio;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----



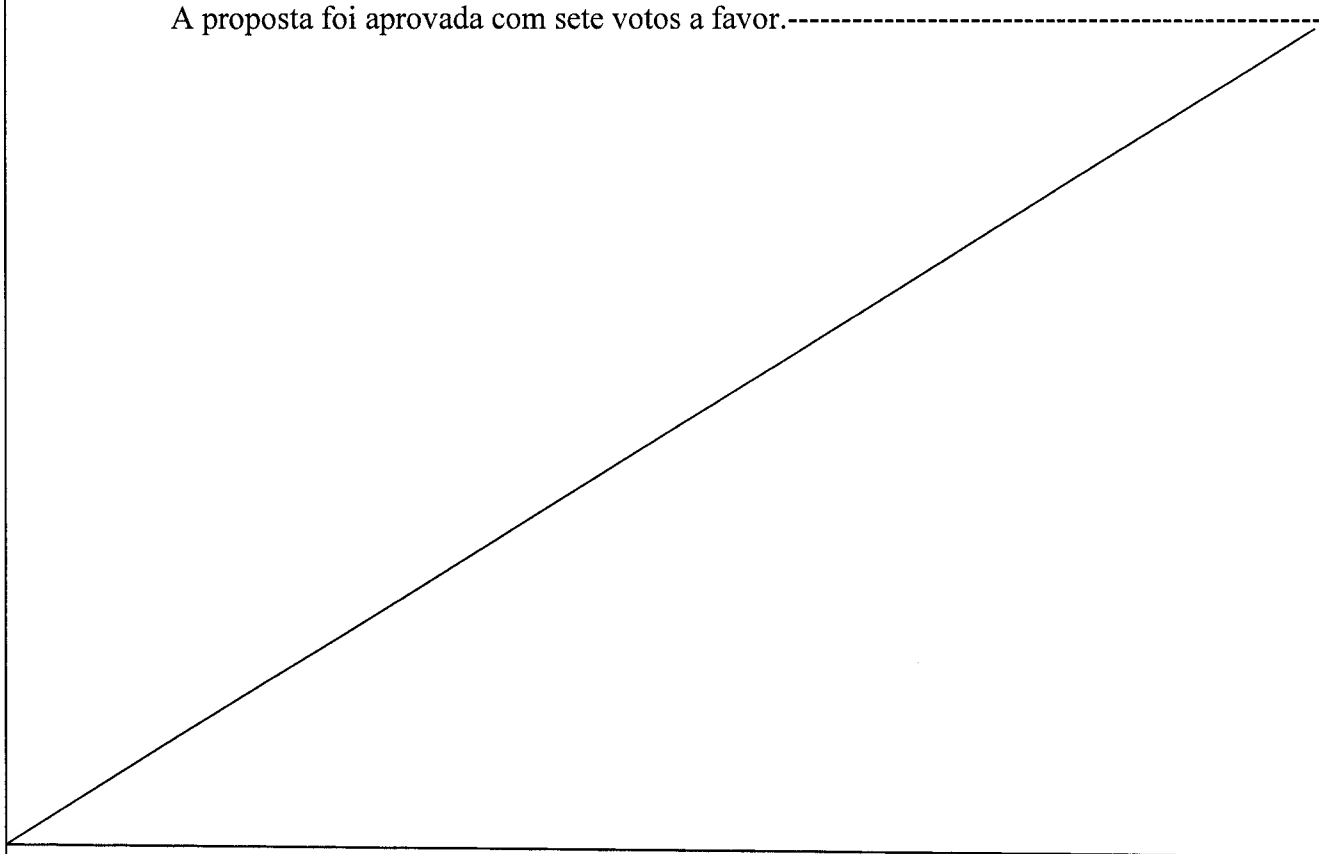
[Handwritten signature]

Considerando a competência prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 200.000,00 € (duzentos mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1755/2012.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 2276/2012, de cinco do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



MINUTA DO CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE S. MARTINHO – 2012

Outorgantes:

Primeiro: Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, adiante designado por MST.

Segundo: Carlos Germano de Sousa Moreira, casado, natural da freguesia de S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão nº 91886236 ZZ2, válido até 21 de junho de 2014, residente na Rua Manuel de Sousa Oliveira, nº 190, 2º Dto., e Daniel Pereira Morais, casado, natural da freguesia de S. Salvador do Campo, concelho de Santo Tirso, portador do bilhete de identidade nº 7006086, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 12/12/2001, residente na Rua da Renda nº 44, freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães, os quais outorgam na qualidade de Presidente e Vice-Presidente da Direção da Associação da Associação Recreativa de S. Martinho, com sede na Rua José Narciso Martins da Costa, nº 545, freguesia de S. Martino do Campo, pessoa coletiva nº 502 355 107, adiante designado por ARSM.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

Considerando que a Associação Recreativa de S. Martinho, fundada em 1958, tem como objeto a promoção de atividades de caráter desportivo, recreativo e cultural;

Considerando que a referida associação tem vindo a colaborar com esta autarquia no desenvolvimento das suas atribuições na área do desporto, designadamente no domínio da formação desportiva, pela criação dos seguintes escalões: Escolinhas, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores;

Considerando as atividades desenvolvidas pela referida associação, essencialmente no que se refere à formação desportiva bem como à realização e participação em competições desportivas, de âmbito regional, no âmbito do futebol amador;

Considerando que a associação movimenta já 145 atletas;

Considerando a promoção da sua equipa sénior à Divisão de Honra da Associação de Futebol do Porto;

Considerando os resultados obtidos nos campeonatos em que os atletas participam, graças ao empenho e dedicação ao trabalho desenvolvido pela referida Associação;

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações particulares;

Considerando que se pretende dinamizar o associativismo e desenvolver a prática desportiva generalizada a toda a população, sem esquecer as pequenas coletividades com maiores dificuldades de recursos;

Considerando que a Associação se propõe colocar à disposição deste município, bem como de instituições escolares e recreativas, gratuitamente, as suas instalações desportivas para a realização de eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural;

Considerando que para a Associação em causa poder prosseguir com a sua atividade, no âmbito do desporto, é necessário investir na qualidade dos equipamentos e infraestruturas que a mesma dispõe para a prática desportiva;

Entre o Município de Santo Tirso e a Associação Recreativa de S. Marinho é celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato – Programa)

O presente contrato - programa tem por objeto a caracterização e o regime de apoio financeiro, a prestar pelo Município, do projeto de melhoramento das instalações desportivas da Associação Recreativa de S. Martinho denominado por Campo de Jogos Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, que a seguir se enuncia:

- a) Trabalhos de drenagem de águas pluviais;
- b) Sistema de rega automática;
- c) Base de pavimento;
- d) Fornecimento e instalação de relva sintética Diamond GF Evolution 60 Plus, da Greenfields, composta por fibras monofilamento com secção côncava e nervadura central, sobre revestimento secundário acrílico de 60mm de altura. A referida relva terá um enchimento de granulado de borracha (SBR) e areia.

É incluída a marcação de futebol 11 em relva branca, duas marcações transversais para futebol de 7 em relva amarela, de idênticas características.

e) Equipamento desportivo:

- Baliza de futebol de 11;
- Baliza de futebol de 7;
- Bandeirola de canto com poste flexível para futebol de 11;
- Cabine de suplentes para futebol de 11, com capacidade para 12 lugares sentados em cadeira de PVC construída em 2 módulos de 6 lugares, com 6 m de comprimento, 1,22 m de profundidade (na parte inferior) e 1,30 m (no topo), e 1,95 m de altura.

Cláusula Segunda

(Custo e prazo de execução do projeto)

O custo previsto para a execução do projeto de melhoria das instalações do Campo de Jogos Comendador Abílio Ferreira de Oliveira, identificado na cláusula primeira, é 325.720,61€ (trezentos e vinte e cinco mil setecentos e vinte euros e sessenta e um centavos), com IVA incluído, e o respetivo prazo de execução é de 6 (seis) meses.

Cláusula Terceira

(Regime de pagamento)

1- Pelo presente contrato-programa, o Município, compromete-se a pagar à Associação a quantia de 200.000,00€ (duzentos mil euros), a qual só será efetuada depois da publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

2- O pagamento da referida quantia será efetuado do seguinte modo:

- a) 100.000,00€ (cem mil euros) – No final do mês de junho de 2012;
- b) 50.000,00€ (cinquenta mil euros) – No final do mês de outubro de 2012;
- c) 50.00,00€ (cinquenta mil euros) – No final do mês de dezembro de 2012.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato)

1- O acompanhamento e fiscalização de execução dos trabalhos serão efetuados pelo Município.

2- A Associação obriga-se a apresentar ao Município todos os documentos e informações relativas à execução dos trabalhos para efeitos de fiscalização.

Cláusula Quinta

(Obrigações da Associação)

1 - Pelo presente protocolo, a Associação assume as seguintes obrigações:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

40

a) Assegurar, sempre que solicitado, as condições de utilização das instalações do complexo desportivo para iniciativas camarárias no âmbito do desporto bem como outro tipo de realizações de âmbito recreativo e cultural;

b) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à execução do projeto identificado na cláusula primeira.

2 - Enviar ao Município um relatório final sobre a execução do presente contrato-programa.

Cláusula Sexta

(Revisão e Cessação do Contrato)

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

(Incumprimento do contrato)

1- O incumprimento do presente contrato por parte da Associação confere ao Município o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização do seu objeto.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

(Período de vigência do contrato)

Sem prejuízo do disposto na cláusula terceira, o presente contrato programa tem o seu início na data da respetiva assinatura e termo na data de pagamento da verba referida na alínea c) da mesma cláusula.

Cláusula Nona

(Resolução de litígios)

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima
(Regime aplicável)

Em tudo o que estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Os encargos assumidos pelo MST inerentes ao presente contrato serão suportados pela proposta de cabimento n.º 2012/1755 com a classificação económica 080701 do orçamento da câmara municipal, nas quais tem suficiente dotação.

O compromisso assumido pelo MST relativo ao pagamento dos referidos encargos está registado no sistema de contabilidade com o nº 2012/2276, de 05 de junho de 2012.

A Associação tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida em 17 de maio de 2012 pelo Instituto da Segurança Social, I.P. e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em 31 de maio de 2012.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2012 (item _____) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, _____ de _____ de 2012.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



8. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) À JUNTA DE FREGUESIA DA LAMA: EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA ARMINDO CORREIA MACHADO: PEDIDO DE SUBSÍDIO-REFORÇO.-----

Presente ofício de doze de janeiro último, da junta de freguesia da Lama, registado com o número seiscientos e cinquenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução da rede de drenagem de águas pluviais da Rua Armindo Correia Machado, em reforço do subsídio atribuído por deliberação da câmara municipal de oito de setembro de dois mil e dez (item 16.G da respetiva ata).-----

A Divisão de Vias informa (informação II_0210/2012) que a obra está concluída em condições aceitáveis e que o valor total dos trabalhos executados foi de 96.118,62€ (noventa e seis mil cento e dezoito euros e sessenta e dois cêntimos), com IVA incluído.-----

Mais informa quais as razões que motivaram o acréscimo do custo da obra relativamente ao orçamento inicialmente elaborado.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia da Lama, um subsídio no montante 36.461,82€ (trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), com IVA incluído, em reforço do subsídio anteriormente atribuído.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1921/2012.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade com o número 2239/2012, de 31 de maio findo.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



8. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE GUIMAREI – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DO REGATO.-----

Presente ofício de dezassete de novembro último, da junta de freguesia de Guimarei, registado com o número doze mil quatrocentos e noventa e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa (informação registada com o número II_0305/2011, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais) quais os trabalhos que se mostram necessários realizar para a resolução dos problemas detetados, cuja estimativa orçamental é de 21.152,30€ (vinte e um mil cento e cinquenta e dois euros e trinta centimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Guimarei um subsídio no montante 21.152,30€ (vinte e um mil cento e cinquenta e dois euros e trinta centimos), para ajudar a custear as despesas com a obra acima identificada, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1922/2012.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade com o número 2238/2012, de 31 de maio findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**8. C) AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. MARTINHO DO CAMPO –
REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO “MULTIFESTA”.**-----

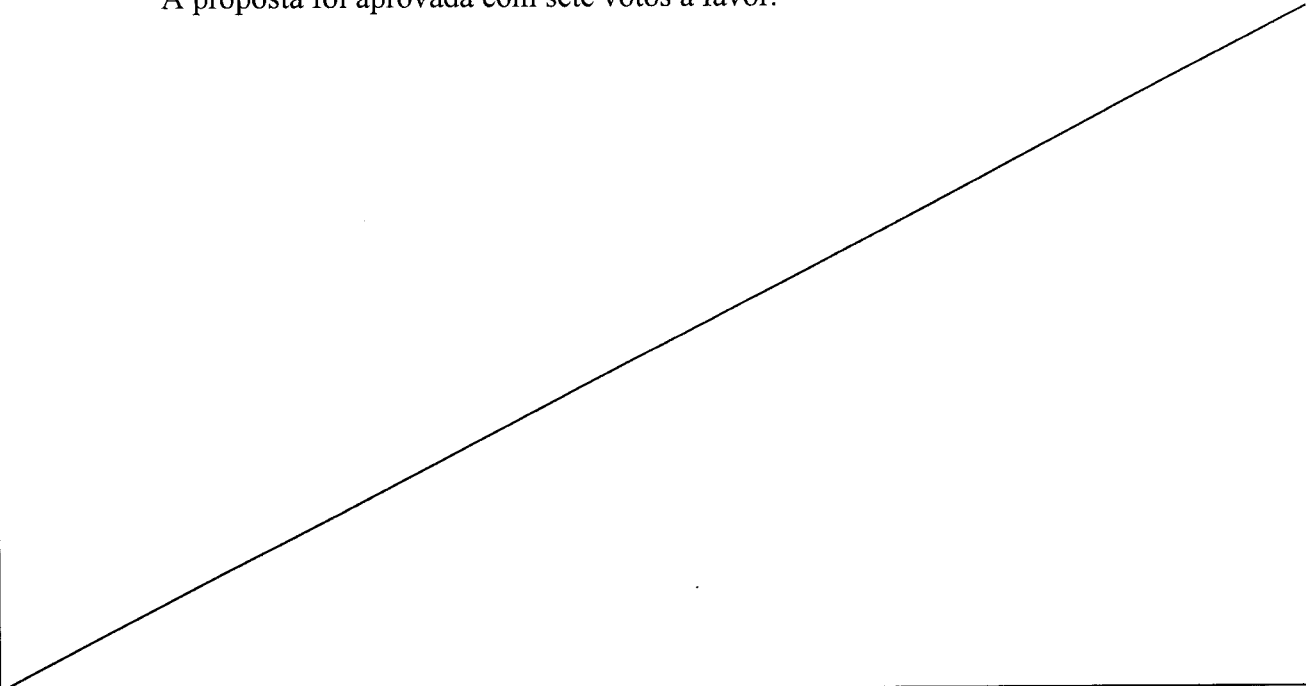
Presente ofício de vinte e seis de março último, registado com o número três mil trezentos e vinte e um, do Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização de uma iniciativa medieval, com desfile histórico, feira e animação, que assume um carácter pedagógico, formativo e cultural, e que este ano será realizado no dia dezanove do corrente mês de junho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo um subsídio no montante 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com a organização do referido evento.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1919/2012.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade com o número 2240/2012, de 31 de maio findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**8. D) À IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO:
AQUISIÇÃO DE DUAS CARRINHAS PARA O SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO.-----**

Presente ofício de dezassete de abril último, da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, registado com o número quatro mil cento e oitenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a renovação da frota automóvel destinada ao serviço de apoio domiciliário.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que os municípios têm atribuições na área da ação social, isoladamente ou em parceria com instituições de solidariedade social (cfr. artigo 23º da Lei 159/99, de 14 de setembro);-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas na alínea c) do nº4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro;-----

Considerando que o apoio domiciliário a pessoas em situação de dependência e/ou idosas é um serviço que se mostra cada vez mais essencial;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso um subsídio no montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição de duas carrinhas, a pagar em duas prestações iguais de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros), a primeira após a apresentação pela instituição beneficiária de documentação comprovativa da aquisição das carrinhas, e a segunda no prazo de sessenta dias a contar da data do pagamento da primeira prestação.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1959/2012.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade com o número 2270/2012, de quatro do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



8. E) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DAS FONTAÍNHAS – VILA DAS AVES.-----

Presente ofício de trinta de janeiro último, da Comissão de Festas em honra de S. João das Fontaínhas, Vila das Aves, registado com o número quatro mil setecentos e setenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as tradicionais festas de S. João das Fontaínhas, que se realizarão naquela freguesia entre os dias vinte e dois a vinte e quatro do corrente mês de junho.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.700,00€ (cinco mil e setecentos euros) à Comissão de Festas de S. João das Fontaínhas – Vila das Aves, representada por Avelino Teixeira Ferreira e Paulo Alexandre Machado Pinheiro, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas, a pagar depois da realização das referidas festas.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1984/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2296/2012, de cinco do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**9. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do estipulado nas disposições conjugadas dos números 4 e 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----



9. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A SOCIEDADE IDEIAS MAIORES – CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE PROJECTOS LDA, TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO E PRODUÇÃO DE UM SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE “QUARTEIRÕES CULTURAIS”.-----

Presente o procedimento de ajuste direto registado na Seção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks com o número quinhentos e quatro/dois mil e doze, para efeitos de parecer prévio previsto nas disposições conjugadas dos números 4 e 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.-----

Do processo consta informação prévia à decisão de contratar, datada de vinte e nove de março último, da qual consta que sendo o contrato de prestação de serviços em causa com objeto e contraparte distintos de contratações efetuadas no ano de dois mil e onze, não haveria necessidade de parecer prévio à decisão de contratar, nem será aplicável a redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.-----

O referido procedimento foi remetido para a Seção de Contratos para efeitos de formalização do contrato de prestação de serviços em causa, sendo que a oficial público responsável pela celebração dos contratos em que o município seja parte, manifestou o entendimento segundo o qual aquele contrato está sujeito a parecer prévio vinculativo da câmara municipal, conforme informação de cinco do corrente mês de junho, registada com o número II_0652/2012, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Face às referidas informações, e considerando que se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, propõe-se que a câmara municipal dê parecer favorável à celebração do contrato em causa, ratificando todos os atos já praticados no respetivo procedimento e que conduziram à decisão de adjudicação de oito de maio findo, da qual se deu conhecimento nesta mesma reunião de câmara, no período de antes da ordem do dia.-----

O contrato será celebrado com a sociedade Ideias Maiores – Concepção e Produção de



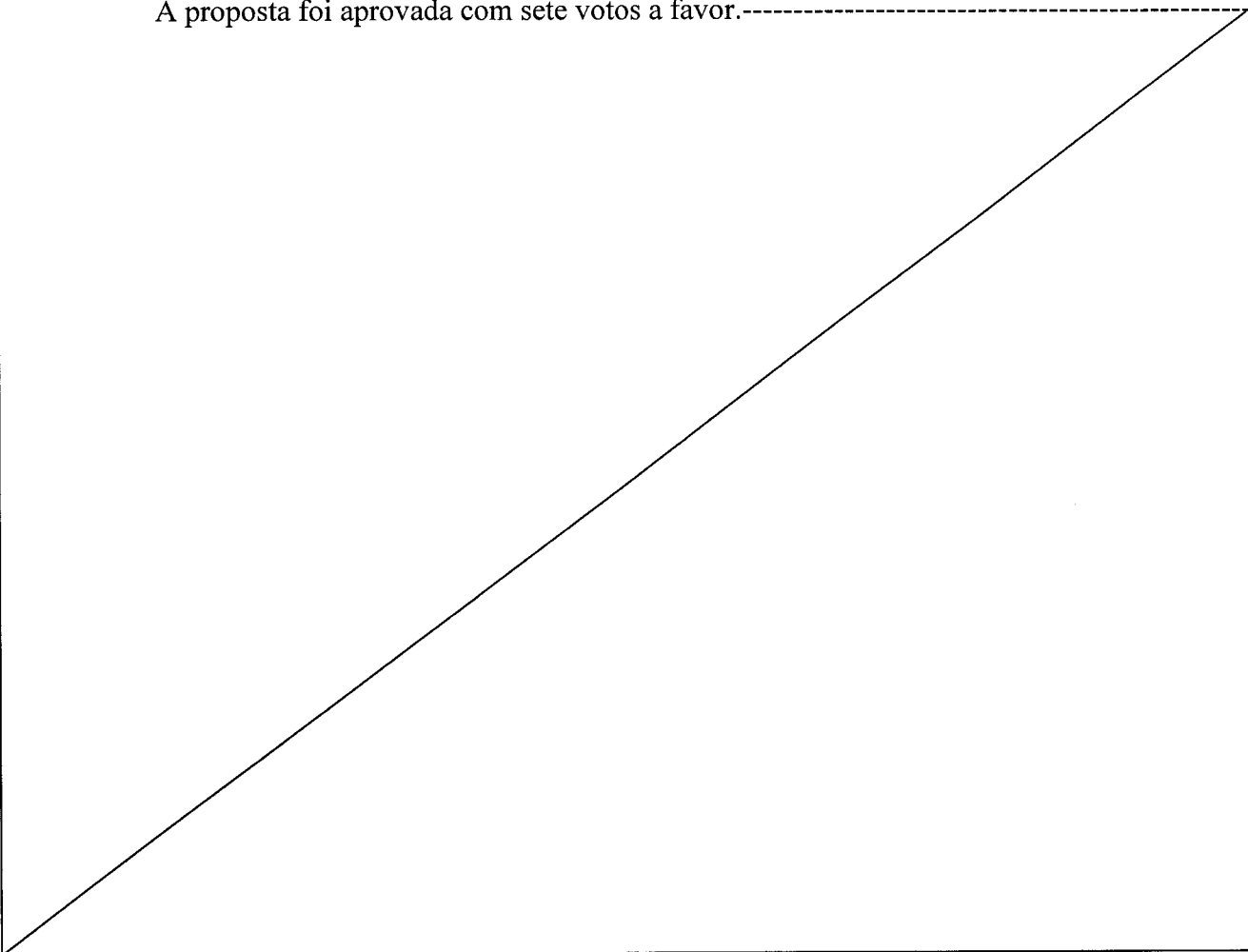
[Handwritten signature]

Projectos Lda, sendo o valor da despesa de 72.750,00 € (setenta e dois mil setecentos e cinquenta euros), mais IVA.-----

As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, na qual ficou cativa a importância de 89.482,50 € (oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos), conforme proposta de cabimento orçamental número 1165/2012, de vinte e nove de março último e movimento de estorno n.º 176/2012, de onze de maio findo.-----

Os compromissos decorrentes do contrato a celebrar estão registados no sistema de contabilidade com o número 1927/2012, de onze de maio findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





9. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A SOCIEDADE QUATERNAIRE PORTUGAL – CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A., TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CANDIDATURA AO PROGRAMA EUROPEU PARA CULTURA 2007-2013 DO PROJETO DE COOPERAÇÃO EM REDE PARA O iMOD.-----

Presente o procedimento de ajuste direto registado na Seção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks com o número quinhentos e três/dois mil e doze, para efeitos de parecer prévio previsto nas disposições conjugadas dos números 4 e 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.-----

Do processo consta informação prévia à decisão de contratar, datada de vinte e nove de março último, da qual consta que sendo o contrato de prestação de serviços em causa com objeto e contraparte distintos de contratações efetuadas no ano de dois mil e onze, não haveria necessidade de parecer prévio à decisão de contratar, nem será aplicável a redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.-----

O referido procedimento foi remetido para a Seção de Contratos para efeitos de formalização do contrato de prestação de serviços em causa, sendo que a oficial público responsável pela celebração dos contratos em que o município seja parte manifestou o entendimento segundo o qual aquele contrato está sujeito a parecer prévio vinculativo da câmara municipal, conforme informação de cinco do corrente mês de junho, registada com o número II_0654/2012, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Face às referidas informações, e considerando que se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, propõe-se que a câmara municipal dê parecer favorável à celebração do contrato em causa, ratificando todos os atos já praticados no respetivo procedimento e que conduziram à decisão de adjudicação de dois de maio findo, da qual se deu conhecimento nesta mesma reunião de câmara, no período de antes da ordem do dia, propondo-se ainda o envio da



[Handwritten signature]

presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de ratificação, no que se refere à assunção de compromissos plurianuais.-----

O contrato será celebrado com a sociedade Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento S.A., sendo o valor da despesa de 72.500,00 € (setenta e dois mil quinhentos euros), mais IVA, a repartir pelos anos económicos de dois mil e doze e dois mil e treze, conforme proposta da adjudicatária de vinte e sete de abril último, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, na qual ficou cativa a importância de 89.236,50 € (oitenta e nove mil duzentos e trinta e seis euros e cinquenta cêntimos), conforme proposta de cabimento orçamental número 1164/2012, de vinte e nove de março último.----

Os compromissos decorrentes do contrato a celebrar estão registados no sistema de contabilidade com o número 1825/2012, de sete de maio findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

[Large diagonal line across the page]



9. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ENG.º LUIS MANUEL MACHADO MACEDO, TENDO POR OBJETO SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA DENOMINADA “iMOD – INCUBADORA DE MODA & DESIGN – REQUALIFICAÇÃO DE NAVE INDUSTRIAL”.-----

Presente o procedimento de contratação por ajuste direto registado no Departamento de Planeamento e Habitação da câmara municipal com o número A-184, do qual consta informação do Diretor daquele Departamento, de trinta e um de maio findo, registada com o número cinco mil oitocentos e quarenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, cuja fundamentação é totalmente carreada para a presente proposta;-----

Considerando que na situação em apreço se verificam todos os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de vinte e sete de fevereiro, bem como os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 26º da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, proponho que a câmara municipal delibere dar parecer favorável relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do aludido artigo 35º, ou seja, que o objeto do contrato a celebrar trata-se da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da redação jurídica de emprego público, e que se verificam ainda os requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 5 do referido artigo 26º.-----

Propõe-se ainda que a presente deliberação produza efeitos retroativos à data de início do respetivo procedimento, cuja decisão de contratar foi tomada por despacho do presidente da câmara municipal de vinte e cinco de agosto último.-----

O contrato será celebrado com o Eng. Luis Manuel Machado Macedo, sendo o valor da despesa de 22.230,00 € (vinte e dois mil duzentos e trinta euros), mais IVA, já com a redução remuneratória legalmente prevista e aplicável ao contrato a celebrar.-----



As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010301, na qual ficou cativa a importância de 30.381,00 € (trinta mil trezentos e oitenta e um euros), conforme proposta de cabimento orçamental número 1954/2012, de cinco do corrente mês de junho.-----

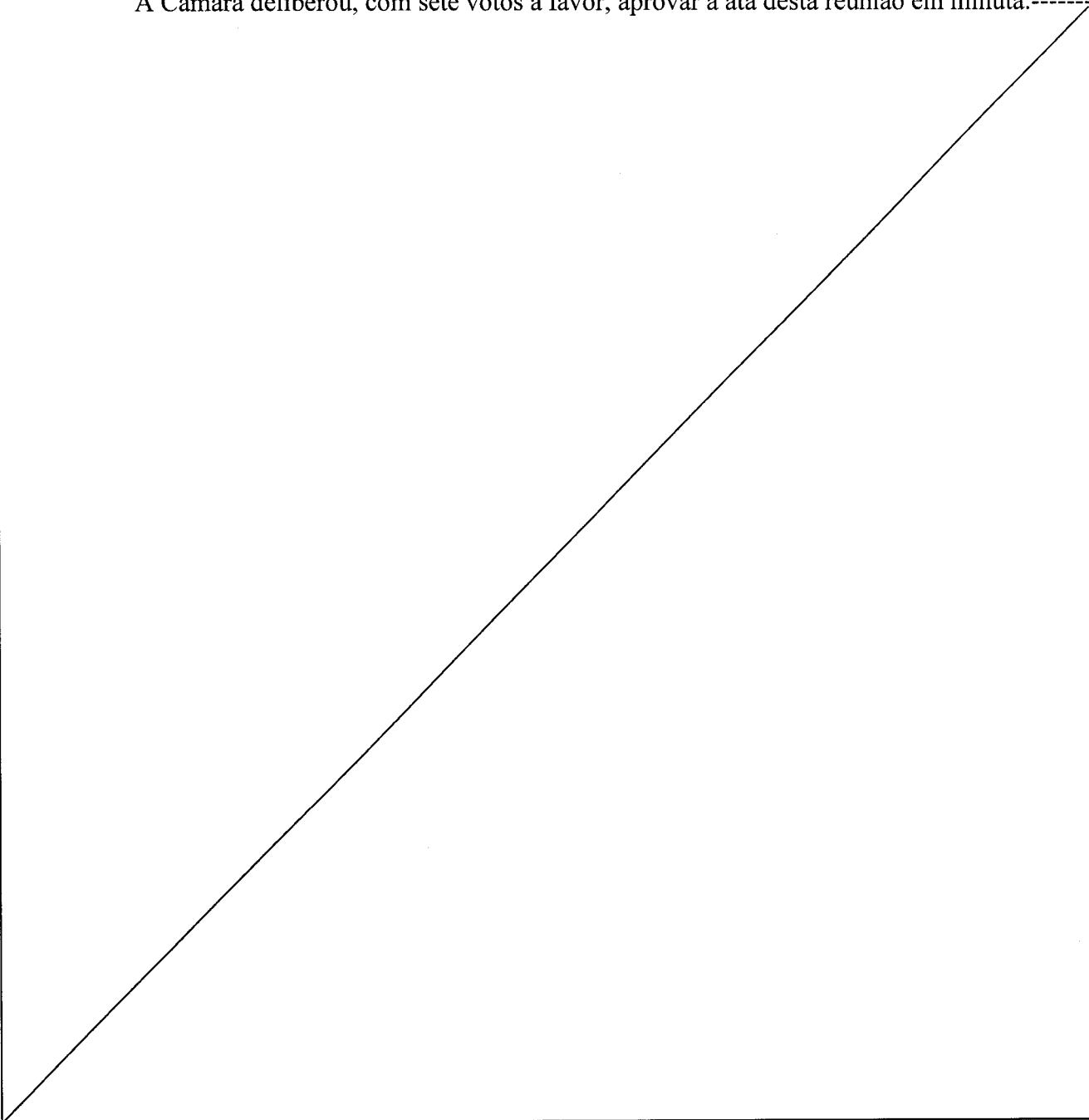
Os compromissos decorrentes do contrato a celebrar estão registados no sistema de contabilidade com o número 2277/2012, da mesma data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----

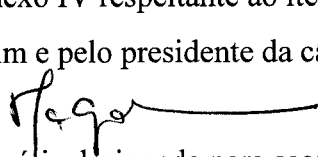




ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e cinco folhas, apenas utilizadas no anverso e cinco documentos anexos (anexo I, II e III, respeitante ao período de antes da ordem do dia, anexo IV respeitante ao item cinco e anexo V respeitante ao item seis da presente ata), rubricados por mim e pelo presidente da câmara, que eu

 Maria Adriane Saldas

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 27/06/2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas vinete e seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,

